AS POPULAÇÕES HUMANAS EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS DA MATA ATLÂNTICA.

Prof. Dr. Antonio Carlos Diegues
Diretor Científico do Nupaub - USP
Professor da ESALQ/USP

Setembro de 1996

A existência das populações humanas tornou-se um tema central na questão das áreas naturais protegidas em escala mundial e também no Brasil por duas razões básicas: a *primeira* diz respeito a uma evidência cada vez maior que o modelo dos parques nacionais importado dos Estados Unidos, excluidor dos moradores não têm funcionado a contento, sobretudo nos países do Terceiro Mundo onde as populações locais e regionais vêem poucas vantagens na maioria das atuais categorias de áreas protegidas. Em conseqüência, existe pouco apoio às áreas protegidas nos países do Sul, sendo muitas delas apenas *parques no papel*. A *segunda razão* é porque os conflitos sociais gerados pelo modelo atual coloca em cheque a própria noção do tipo de relação entre população humana e a natureza embutida nessas categorias: Segundo esse modelo, exportado para o mundo a partir de uma situação histórico-social específica dos Estados Unidos, quando ocorria uma ocupação desordenado do território norte-americano e uma urbanização intensa no período de rápida expansão capitalista de meados do século passado, o ser humano era considerado intrinsecamente destruidor da natureza, independente das formações sociais em que está inserido. Os parques nacionais foram então estabelecidos como *ilhas* onde a natureza selvagem, apartada das cidades, pudesse ser apreciada e até reverenciada pelas populações sofredoras do desgaste da vida moderna. Ora, inúmeros trabalhos, sobretudo dos antropólogos tem demonstrado que o caráter destrutivo da relação homem-natureza depende das características e da racionalidade inerente às diversas formações sociais existentes. (Godelier, 1973). Em muitas sociedades, chamadas de tradicionais (de pescadores artesanais, extrativistas, camponeses), o homem não se comporta necessariamente como destruidor da natureza, sobretudo quando depende da reprodução contínua dos recursos naturais renováveis para sua sobrevivência e quando o sistema de produção em que está inserido não é marcado pela rápida

acumulação de capital. Essas questões foram amplamente discutidas em trabalho recente: *O mito moderno da natureza intocada* (Diegues, Huicitec, 1996) e não se torna necessário repeti-las aqui.. A partir dessas constatações preliminares torna-se evidente que, segundo o modelo atual, as comunidades humanas, sobretudo as tradicionais são um *problema e não parte integral das soluções possíveis.* Experiências em curso em vários países, como no Zimbabue, na África do Sul e mesmo no Brasil tem demonstrado que as populações tradicionais têm um papel importante a ser desempenhado no êxito das áreas naturais protegidas na medida em que, desde a elaboração do plano de manejo essas comunidades possam participar efetivamente do planejamento e administração dos parques e reservas. Nesse sentido, elas podem ser aliadas importantes para a conservação da biodiversidade. Aliás, muitas pesquisas têm demonstrado que a diversidade biológica podem ser melhores conservadas se aliada à proteção da diversidade sociocultural. (Diegues, 1996)

O NUPAUB: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas da Universidade de São Paulo, desde 1988 tem se dedicado consistentemente ao estudo das comunidades tradicionais em sua relação com as áreas naturais protegidas. Num de seus primeiros trabalhos, *O Inventário das Áreas Úmidas Brasileiras, o Nupaub* realizou um primeiro levantamento das populações humanas em áreas naturais situadas em regiões inundáveis (áreas costeiras, florestas inundáveis, manguezais, etc.). A partir daí foram realizados vários estudos de caso onde as relações entre essas populações humanas e as áreas protegidas constituíram um tema central. Como exemplos deles podem ser citado: *As comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos: o caso de Guaraqueçaba* (1989); *As várzeas ameaçadas: um estudo das relações entre comunidades humanas e os recursos naturais da Várzea da Marituba no rio São Francisco-Alagoas* (1990); *Reserva extrativista para regiões de mangue: uma proposta preliminar para o Estuário de Mamanguape-Paraíba* (1992); *Estratégias de sobrevivência de comunidades tradicionais do Pantanal Mato-grossense* (1992); *O RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) do Poder e o CONTRA-RIMA dos deserdados destruição e sobrevivência da Várzea da Marituba* (1992); *Populações Humanas na Estação Ecológica de Juréia-Itatins* (1993); *No ritmo das Águas do Pantanal* (1994); *O nosso lugar virou parque: um estudo sócio-ambiental do Saco de*

Mamanguá-Parati(1994): Reserva Extrativista no Complexo Estuário de Iguape-Cananéia-Domínio da Mata Atlântica (1996);Conflitos entre Populações Humanas e Unidades de Conservação da Mata Atlântica (1995)

Além desse trabalho sério de pesquisa de campo, os pesquisadores do Nupaub tem participado de inúmeros congressos internacionais, especialmente aqueles organizados pela UICN - União Mundial para a Conservação e pela UNESCO. Através dessas participações é possível seguir dos debates sobre o tema a nível internacional e constatar as rápidas mudanças favoráveis a uma maior participação das populações tradicionais no planejamento e administração das áreas naturais protegidas, sobretudo nos países do Sul.

Esses inúmeros trabalhos de campo, a participação em congressos nacionais e internacionais e as assessorias a diversos movimentos locais de populações moradoras em áreas de conservação proporcionaram aos pesquisadores do Nupaub uma larga experiência, a nível nacional, dos problemas relacionados aos conflitos existentes entre as populações locais e os órgãos federais e estaduais responsáveis pela administração dos parques e reservas. Além disso, a partir dos diversos debates, muitas vezes acalorados, sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o Nupaub propôs a inclusão de uma nova unidade que atendesse à conservação da biodiversidade e da diversidade sóciocultural intitulada: *Reserva Ecológico-Cultural,* incorporada no projeto de Lei, do relator deputado Fernando Gabeira.

Mais recentemente, a fim de ter uma visão mais detalhada sobre os conflitos existentes entre as populações locais e as administrações dos parques e reservas, o Nupaub realizou, com o apoio da Fundação Ford, pelo período de dois anos, (1992-1994) uma pesquisa pioneira sobre os as características dos moradores das áreas protegidas de uso indireto e de seu entorno nos Estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo que resultou na publicação: *Conflitos entre populações humanas e unidades de conservação na Mata Atlântica* (1994). Com esse trabalho, com cerca de 600 páginas entre análises, tabelas e anexos, pretendeu-se fazer um diagnóstico detalhado dos problemas existentes nas diversas unidades de conservação de uso restrito (parques nacionais, estações ecológicas e reservas biológicas), resultando num volume considerável de informações de primeira mão. Esse trabalho partiu da constatação que os

órgãos conservacionistas, sobretudo o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) não tinham informações disponíveis sobre o tema, apesar dos esforços renovados do Nupaub em obtê-los.. Por outro lado, o Instituto Florestal de São Paulo que dispunha de algumas informações para o Estado recusou-se a participar da pesquisa por motivos não suficientemente esclarecidos. Por esse motivo, os dados relativos ao Estado de São Paulo foram analisados à parte, uma vez que não foram obtidos a partir de um mesmo questionário enviado aos administradores das unidades de conservação dos Estados do Rio de Janeiro, Paraná e Espírito Santo. Aliás, esse trabalho somente foi possível pelo excelente proporção de retorno dos questionários respondidos pelos administradores das unidades de conservação geridas pelo Ibama e pelos órgãos responsáveis nos Estados estudados.

I. A presença de moradores tradicionais e não tradicionais nas áreas naturais protegidas

O universo da pesquisa cobriu 67 áreas protegidas de uso indireto (restritivo), estaduais e federais, nos três Estados mencionados. Constatou-se que em cerca de 39,0% dessas unidades de conservação (UCs) havia moradores tradicionais (pescadores artesanais, extrativistas, pequenos agricultores) e não tradicionais (fazendeiros, veranistas com casas nas áreas, comerciantes e outros).

Tabela 1

Estado	**número de Ucs**	**Ucs com moradores**	**porcent.**
Rio de Janeiro	19	14	73,6 %
Paraná	30	6	20,0 %
Espírito Santo	16	4	25,0 %
Ucs bi-estaduais	2	2	100,0 %
Total	67	26	39,0 %

O Estado com maior proporção de moradores no interior das áreas protegidas é o Rio de Janeiro, onde 73% delas apresentam populações tradicionais e não-tradicionais residentes (totalizando cerca de 5.700 moradores), com uma densidade populacional de cerca de 407 há / por Unidade de conservação (UC), devido à presença de áreas protegidas próximas aos centros urbanos. O menor número de moradores está no Estado do Paraná, (cerca de 57) pois, de uma forma geral a política órgão responsável tem sido o da criação dessas unidades somente após a solução dos problemas fundiários..O Estado do Espírito Santo tem cerca de 210 moradores , distribuídos em 4 UCs.

Tabela 2

Proporção das áreas protegidas com moradores por tipo de unidade

Tipos de Ucs	**N. de Ucs**	**Ucs c/ moradores**	**% das Ucs c/morador**
Parques Nacionais	6	5	83%
Parques Estaduais	32	11	34%
Reservas Ecológicas	3	2	67%
Estações Ecológicas	5	3	60%
Reservas Biológicas	11	3	27%
Reservas Florestais	7	1	14%
Res.Biol.e Arq.	1	1	100%
Estações biológicas	2	0	0%
Total/Média	**..**67	26	39%

Uma análise das diversas categorias com populações humanas em seu interior mostrou que em 83% dos parques nacionais existem moradores, seguidos das Reservas Biológicas (67%) e das Estações Ecológicas (60%). Constatou-se também que em 100 % dos parques bi-estadual, como o de Bocaina e Itatiaia existe populações residentes. Segundo os dados do Instituto Florestal existem populações tradicionais em praticamente todas as unidades restritivas grande porte (Parque estadual da Serra do Mar: l3.250) moradores; Parque Estadual de Jacupiranga: 5.560 moradores; Petar: 700 moradores;

Parque Estadual da Ilha Bela: 717 moradores; Parque Estadual da Ilha do Cardoso, 556 moradores, totalizando cerca de 24.500 moradores no conjunto das áreas naturais protegidas do Estado de São Paulo (DRPE).

2. Moradores em áreas protegidas por classes de superfície e períodos históricos

Constatou-se também que a presença de moradores somente existe nas áreas protegidas de grande extensão territorial, sendo praticamente inexistente nas de extensão reduzidas que constituem a maioria delas nos estados analisados. Assim, em 73 % das áreas protegidas acima de 10.000 ha de superfície existem moradores, e essa proporção se reduz à medida em que a superfície territorial é menor.

Ao analisar a presença de população pelos diversos períodos em que as áreas protegidas foram criadas, constata-se que a maior proporção das unidades de conservação federais com população se concentra no período 1969 a 1980, quando foram criadas 13 áreas, das quais 7 (ou 53%) apresentam moradores. Um outro pico de unidades com conservação encontra-se a partir de 1988 quando foram criadas 24 novas unidades, das quais 12 (ou 50%) apresentam moradores. A mesma tendência também ocorre com as áreas protegidas estaduais.

3 .Os tipos de moradores por Área Protegida

Segundo a pesquisa, as comunidades ou populações tradicionais se caracterizam por uma grande dependência do uso dos recursos naturais renováveis, a partir do qual se constrói um modo de vida particular; pelo conhecimento aprofundado dos ciclos naturais

que se reflete na elaboração de sistemas de manejo de recursos naturais, carregados de conhecimento e tecnologias patrimoniais; pelo pertencer e apropriar-se de um território onde os grupos sociais se reproduzem econômica, social e simbolicamente; pelo permanecer e ocupar esse território por várias gerações, ainda que membros individuais possam ter-se deslocado para centros urbanos de onde podem voltar para a terra de seus antepassados; pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadoria, mais ou menos desenvolvida indique a vinculação com o mercado local e regional.; pela reduzida acumulação de capital; pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco e compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; pela importância atribuída às simbologias,mitos e rituais associados à caça e à pesca; pela reduzida divisão técnica e social do trabalho; pelo fraco poder político, em mão de classes urbanas, em geral associadas à comercialização da produção local; pela identidade cultural do grupo (Diegues, 1996).

A nível empírico foram considerados como exemplos de populações tradicionais as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros tradicionais, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas. Como pertencentes às populações não-tradicionais foram citados os fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos, empresários, empregados, donos de empresas de beneficiamento de palmito, madeireiros, etc.

A pesquisa constatou que na maioria das Ucs com população (73%) coabitam populações tradicionais e não-tradicionais ao passo que em somente 15% das áreas protegidas federais e estaduais existem exclusivamente populações tradicionais e em 11% delas somente populações não-tradicionais.

No que diz respeito à presença de populações tradicionais e não tradicionais nas áreas naturais protegidas consideradas por tipo de administração federal e estadual, constata-se a aquelas sob jurisdição federal apresentam uma proporção maior de moradores de ambos os tipos.

Das Ucs com moradores, em 100% das estações ecológicas, das reservas biológicas e das reservas ecológicas existem moradores tradicionais e não-tradicionais.

Tabela 3

Moradores em Parques Nacionais Federais e Estaduais

Tipos de moradores	**Parques Nac.Federais**	**Parques Estaduais**
Moradores tradicionais	20 %	27 %
Moradores não tradicionais	0 %	18 %
Ambos os tipos	80 %	54 %

São os parques nacionais e estaduais as unidades em que mais se concentra a população tradicional Por outro lado, em 80% dos parques nacionais e 54 % dos parques estaduais existem moradores tradicionais e não tradicionais. Pela tabela 3 observa-se que em 20% dos parques nacionais e em 27 % dos parques estaduais existem comunidades exclusivamente tradicionais.

4. Moradores recém-chegados

O trabalho constatou também que numa grande porcentagem das Unidades Federais com moradores não-tradicionais existe a chegada de novos ocupantes após a criação das áreas naturais protegidas. A proporção de recém-chegados é bem maior nas unidades sob jurisdição federal que sob a estadual como se pode ver pela tabela abaixo

Tabela 4

Proporção da População de Recém - Chegados

Áreas Protegidas Federais	88 %
Áreas Protegidas Estaduais	39 %
Média entre ambas	54 %

Essa permeabilidade dos parques aos novos ocupantes, sobretudo nas Federais deve-se, em grande parte, à precariedade da fiscalização dos órgãos federais e possivelmente a uma maior eficiência dos órgãos administradores estaduais, sobretudo nos casos do Paraná e São Paulo.

No que se refere às categorias de unidades por tipo de administração, observa-se que em 100% das áreas protegidas federais e em cerca de 45,5 % das estaduais houve novos ocupantes. A nível dos Estados, o Rio de Janeiro é aquele com maior proporção de novos ocupantes (71%) em UC's federais e Estaduais, ao passo que no Espírito Santo não houve entrada de recém-chegados. A entrada de novos ocupantes se revela mais importantes nas UC's de maior extensão territorial, pois em cerca de 57% dessas unidades com área superior a 10.000 ha houve entrada de recém-chegados após a sua criação.

5. Populações do entorno das áreas naturais protegidas

A pesquisa preocupou-se também com as populações que vivem nas imediações das áreas protegidas e que de alguma forma se relacionam com o mesmo, sobretudo através da utilização dos recursos naturais aí existentes, usualmente de forma ilegal, tomando em conta a legislação atual. Constatou-se que em cerca de 88% de todas as áreas naturais protegidas nos três estados estudados existem moradores do entorno que igualmente podem ser divididos entre população tradicional e não-tradicional. Em 49% das unidades existem populações tradicionais de entorno, sobretudo sitiantes, pescadores artesanais e índios, e em na quase totalidade delas existem populações não-tradicionais. Segundo os administradores existem conflitos gerados pela utilização dos recursos naturais das áreas protegidas pelas populações do entorno através da pesca predatória, caça, extração mineral e de produtos vegetais, agricultura e pecuária.

6. Regularização Fundiária

Em cerca de 50% das áreas protegidas pesquisados Estados do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo existem a regularização fundiária, isto é, houve desapropriações dos moradores. Dentre os três Estados, o Paraná é o que revela o maior índice de regularização fundiária, pois 70% das áreas protegidas estaduais e federais estão

regularizadas, pertencendo a terra ao Estado ou à União. O Paraná apresenta um índice mais alto para as áreas estaduais (cerca de 91 %) porque regulariza a situação fundiária antes da criação das áreas protegidas. Essa proporção diminui consideravelmente no Rio Janeiro, onde a regularização total existe em somente 10 % e no Espírito Santo em 50 % das áreas protegidas. A regularização fundiária nos Parques Bi-Estadual de Itatiaia e Bocaina é reduzida. Das áreas protegidas sem regularização fundiária, 73 % tem população em seu interior. Em São Paulo, segundo dados do DRPE/IF, em somente 19,0 % das áreas protegidas o Estado possui controle dominial.

7. Conflitos entre populações e a administração das UCs

Um outro tema pesquisado foram os tipos de conflitos existentes entre os moradores do interior das áreas naturais protegidas e as administrações das mesmas. Os conflitos assinalados pelos administradores tiveram as causas mais diversas, sobressaindo aqueles resultantes das construções ilegais, da situação fundiária não-resolvida, da fiscalização, dos desmatamentos, do extrativismo, das atividades agropastoris,da caça, atividades turística etc...

Em praticamente todas as unidades consideradas existem problemas com os moradores tradicionais, sobretudo quando estes continuam com suas práticas ancestrais de agricultura, artesanato e extrativismo. Os conflitos com os moradores não-tradicionais existem num número menor dessas áreas protegidas (em cerca de 87%), devido, principalmente ao fato de muitos deles terem nelas residências secundarias visitadas esporadicamente.

Em relação aos conflitos com as populações tradicionais de roceiros e sitiantes, a proporção maior de conflitos tem sua origem na extração de produtos florestais (72%), construção ou reforma de habitações (67%), caça (56%), fiscalização (56 %). Já para os caiçara-pescadores artesanais, a maior porcentagem dos conflitos se origina na extração floresta (89 %), construção e reforma (78 %), pesca , caça e fiscalização (67%).

8. Planos de Manejo

Como ocorre nas outras regiões brasileiras, nos três estados pesquisados, poucas áreas protegidas tem planos ordenadores e somente 23 % das unidades tem planos de manejo e mesmo nessas áreas protegidas a qualidade e o ritmo de sua implantação são insuficientes. Mais graves ainda, esses planos de manejo, geralmente encomendados a instituições não-governamentais, sobretudo a nível nacional são feitos de forma inadequada. O zoneamento é proposto após um levantamento rápido da fauna e da flora e das chamadas "ações antrópicas", segundo a categoria de cada unidade (parque, reserva ou estação). É interessante se observar que no Estado de São Paulo, os planos de manejo foram realizados na mesma época (entre 1973 e 1976), com a participação de técnicos da FAO (Food and Agriculture Organization) que se limitaram a introduzir uma metodologia oriunda dos países industrializados, sem levar em conta as especificidades locais, sobretudo a presença de populações tradicionais. O caso típico é o plano de manejo da Ilha do Cardoso, produzido em 1976, em que sequer se menciona a presença de centenas de famílias de moradores tradicionais caiçaras e em que se proíbem as atividades de subsistência delas, obrigadas assim a migrar para a cidade de Cananéia, onde passaram a engrossar o número de moradores pobres dos bairros periféricos.

Nesse sentido, a ação do Estado é perversa pois mesmo que reconheça a existência dessas populações tradicionais moradoras da área antes da criação das unidades de conservação, inibe o exercício das atividades econômicas tradicionais (extrativismo, pesca, pequena agricultura) que garantem sua sobrevivência, sem apresentar-lhes soluções viáveis. Em conseqüência disso, frequentemente, muitos moradores foram obrigados a migrar de "expontânea vontade", sem nenhuma indenização. O mesmo não ocorre com os grandes proprietários de terras nessas áreas protegidas, na maioria das vezes absenteísticas que não necessariamente vivem do uso dos recursos naturais locais. Esses proprietários (fazendeiros, veranistas, etc.) podem esperar e tem condições de acionar judicialmente o Estado ou a União para obter a indenização. Note-se também que muitas dessas terras foram griladas dos moradores tradicionais, muitas vezes utilizando-se da violência e posteriormente regularizadas em cartório. Por outro lado, a grande maioria dos moradores tradicionais não tem sequer os documentos de posse ou propriedade, tendo dificuldades até de entrar com ações de usucapião.

8. Participação dos moradores na administração das áreas protegidas

A pressão crescente dos moradores organizados, de algumas organizações não governamentais, a constatação de as áreas protegidas não estão cumprindo com seu papel na conservação, as mudanças de enfoque a nível internacional tem levado a algumas mudanças importantes nos projetos de lei referentes Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)e a tímidas mudanças de atitude das administrações das áreas protegidas em alguns estados. No entanto, na prática atual, na maioria das vezes ocorre uma grande inércia por parte das administrações estaduais e federais em resolver a situação trágica dos moradores, sobretudo dos tradicionais que se encontram impossibilitados de exercer as atividades econômicas costumeiras que garantem a reprodução social e cultural das populações locais. Em determinadas situações até os postos de saúde, escolas e estrada vicinais deixaram de serem mantidas no interior das áreas naturais protegidas. Em muitos casos, os moradores tradicionais foram simplesmente expulsos de seus territórios, sem que ao menos um assentamento aceitável tenha sido providenciado em outras áreas. Muito frequentemente, as muitas moradores tradicionais , depois de esperarem inutilmente por uma solução por parte do Governo, acabam deixando as áreas protegidas sem ao menos serem indenizados, ingressando numa situação de pobreza e até miséria , morando nos arredores das cidades em bairros novos sem nenhuma infra-estrutura. Poder-se-ia até pensar que a falta de política definida tem-se constituído na *política real* que se baseia na estratégia de vencer as populações tradicionais *pelo cansaço e pela desesperança*. Como resultado dessa política, muitos parques e reservas vão se esvaziando de suas populações tradicionais, e com elas

desaparecem conhecimentos seculares sobre os ecossistemas e engenhosas formas de manejo de recursos naturais. Por outro lado, ocorre também que o vazio deixado por essas populações é ocupado por novos ocupantes, muitos sem-terra de outras regiões com escasso conhecimento de práticas de utilização dos recursos naturais apropriados à área.. Esse vazio tem sido também ocupado por especuladores de terra, madeireiros e outros agentes degradadores dos ecossistemas, em virtude da reduzida fiscalização por parte dos órgãos responsáveis.

Em alguns casos, as administrações tentam incorporar os moradores tradicionais à administração das áreas protegidas, criando a figura dos *guarda-parques* locais. Estes são selecionados frequentemente entre os jovens mais dinâmicos e alfabetizados, transformados em funcionários públicos aos quais se atribui uma tarefa de fiscalização sobre as atividades chamadas ilegais, como a caça, a pesca, o extrativismo vegetal. Pelo dever de ofício esses guarda-parques acabam denunciando membros de suas comunidades, até parentes como infratores, o que tem contribuído ainda mais para a desestruturação das comunidades locais e para um crescente nível de conflitos intra-comunitários.

9. Conclusões

A forma mencionada de implantação e administração das áreas protegidas no Brasil é, sem dúvida, marcada por um grande autoritarismo, pois os moradores não são previamente informados dos objetivos da chamada conservação e das mudanças drásticas sobre seu modo de vida advindas da implantação dessas áreas protegidas. A fiscalização, muitas vezes indiscriminada acaba sendo a forma predominante de se impor um modelo de conservação fadado ao fracasso pois, na maioria dos casos, não conta com o apoio das populações locais e regionais que vêem nas áreas protegidas uma imposição do Estado e de um ecologismo de classe média urbana. Nesse sentido, as áreas protegidas têm sido concebidas como *ilhas naturais* a serem defendidas contra todo tipo de seres humanos, principalmente dos moradores tradicionais que passam a ser considerados os vilões a serem reprimidos com rigor.

Para um êxito real da conservação da biodiversidade e dos remanescentes florestais é necessário um outro pacto social em que as populações locais e regionais, principalmente os moradores tradicionais do interior das unidades de conservação e de seu entorno podem desempenhar um papel fundamental baseado no conhecimento tradicional dos ecossistemas, das técnicas patrimoniais de manejo, ainda tão pouco conhecidas dos órgãos públicos e frequentemente até das pesquisas acadêmicas baseadas unicamente na contribuição das Ciências Naturais. Esse novo pacto implica no respeito à cidadania das populações locais, na descentralização da implantação e do manejo das áreas de conservação, na concepção democrática dos planos de manejo e na proteção da diversidade sócio-cultural existente no país. Nesse sentido, a pesquisa cujos resultados foram aqui sintetizados pode oferecer subsídios importantes, ao retratar a complexidade problemas gerados por modelos importados de conservação.

Bibliografia

CUNHA, L.H.1989 *As comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos: o caso de Guaraqueçaba-Paraná.*São Paulo Nupaub-USP

_____1992 *Reserva Extravista para regiões de mangue: uma proposta preliminar para o Estuário de Mamanguape- Paraiba,* São Paulo, Nupaub-USP

DIEGUES, A 1996 *O mito moderno da natureza intocada*, São Paulo, Hucitec

_____1988 *Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras*. São Paulo, Nupaub-USP

DIEGUES, A & NOGARA, P,1994 *O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá-Parati (RJ)*, São Paulo, Nupaub-USP

MARQUES, JG 1922 *O RIMA (Relatório de impacto ambiental) do Poder e o CONTRA-RIMA DOS DESERDADOS: destruição e sobrevivência da Várzea da Marituba (Alagoas)*, São Paulo, Nupaub-USP

_____1995 *Pescando Pescadores: etnoecologia abrangente no Baixo São Francisco Alagoano,* SãoPaulo, Nupaub-USP

NUPAUB, 1988 *Inventário das Áreas Úmidas Brasileiras*, São Paulo

_____ 1996 *Conflitos entre populações humanas e unidades de conservação da Mata Atlântica*, São Paulo, Nupaub-USP

OLIVEIRA, E, 1993 *Populações Humanas da Estação Ecológica Juréia-Itatins*, São Paulo, Nupaub-USP

SALLES R & MOREIRA, A 1996 *Reservas Extrativistas no Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia- Domínio da Mata Atlântica*, SãoPaulo, Nupaub-USP

SILVA, J & SILVA,J 1995 *No ritmo das Águas do Pantanal* . São Paulo, Nupaub-USP

_____1992 *Estratégias de sobrevivência de comunidades tradicionais no Pantanal Matogrossense*. São Paulo, Nupaub-USP

Observação: Os dados empíricos foram retirados do trabalho: Conflitos entre Populações Humanas e Unidades de Conservação na Mata Atlântica, publicado na íntegra pelo NUPAUB (1994), sob a coordenação do prof. Antonio Carlos Diegues e sub-coordenação de Lucila Pinsard Viana. O relatório final do projeto de pesquisa esteve a cargo de Lucila Pinsard Vianna e Cristina Adams, do Nupaub.